

Da(s) ditadura(s) à(s) democracia(s): 40 anos de mudanças

Introdução

No ano em que se completam 40 anos de democracia em Portugal, a História - Revista da FLUP abre o dossier temático dedicado ao tema *Da(s) ditadura(s) à(s) democracia(s): 40 anos de mudanças*.

O 25 de Abril de 1974 - consagrando uma rutura clara com meio século de ditadura em Portugal - e o processo revolucionário que se lhe seguiu conformaram um modelo de democratização que, embora inevitavelmente conturbado, viria a ter repercussões a nível internacional, influenciando, em certa medida, os sucessivos processos de democratização que se desenvolveram tanto no continente europeu - Grécia (1974), Espanha (1976-1977), Europa centro-oriental (1989-1991) – como na América Latina (a partir do caso argentino, em 1983). Os processos de transição política que se desenvolveram em cada país assumiram características, inevitavelmente, diferentes e específicas, mas não deixaram de, no entanto, revelar algumas particularidades comuns.

Assim, acolheu-se aqui a participação de investigadores que estão a desenvolver investigação em algumas das áreas temáticas que, como se tem sobejamente demonstrado nos últimos anos, têm conquistado um importante segmento do espaço público em que se discute questões tão importantes para a compreensão da realidade atual como sejam a leitura e interpretação dos processos de crise dos sistemas autoritários; das formas de criação, preservação e reconstrução das memórias coletivas das experiências autoritárias, bem como, tão importantes quanto estas para a avaliação da qualidade da democracia, das memórias que se conservam e se reconstróem sobre os processos de resistência aos regimes autoritários e de rutura com eles, isto é, dos processos de democratização social, política e cultural de que hoje, por mais deteriorados que eles possam estar, ainda somos herdeiros.

Este dossiê temático é aberto por um artigo de Gaspar Martins Pereira que se centra, não na memória da ditadura, mas na da Revolução. Intitulado «SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário», nele o autor procura analisar as condições que marcaram a evolução do processo de intervenção urbana no contexto da revolução portuguesa, entre 1974 e 1976, através da experiência do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL). Focando o seu estudo na atividade do SAAL-Norte, Gaspar Martins Pereira procura refletir sobre o papel desempenhado pelo SAAL na resolução dos problemas habitacionais e da apropriação pelas camadas populares dos espaços urbanos onde a democracia fervilhava no contexto do processo revolucionário pelo qual, em Portugal, se superou a ditadura. Este trabalho analisa ainda o cunho ideológico de transformação social que era definido nos princípios fundadores do SAAL, bem como evidencia a forma como a metodologia de intervenção desse Serviço implicava a democratização do trabalho técnico. Percorrendo as várias fases, marcadas por diferentes ritmos e intensidades, pelas quais passou esse processo, o autor dá a conhecer ao leitor o caminho que levaria ao enfraquecimento e marginalização do movimento de moradores e à asfíxia e extinção do SAAL.

De seguida, e sobre o caso brasileiro, Lucileide Costa Cardoso, em «Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil», recorre à análise de várias publicações e artigos no sentido de obter um enquadramento do discurso historiográfico como território de memória da ditadura brasileira. Procurando evitar os limites dos documentos oficiais, Lucileide Costa Cardoso reflete sobre a problemática das esquerdas armadas e das suas relações com a sociedade e o Estado brasileiros. Este trabalho insere-se no debate em torno da memória da ditadura brasileira, contribuindo para impedir uma cristalização da mesma e clarificar o papel desempenhado pelos grupos da esquerda armada dentro do processo de resistência à ditadura.

O terceiro artigo dado a publicação debruça-se sobre o caso argentino. Sob o título «Políticas de Memória na Argentina (1983-2010). Transição política, justiça e democracia», Rui Calado apresenta ao leitor um estudo sobre as políticas de memória, verdade e justiça levadas a cabo na Argentina após a queda da última ditadura cívico-militar (1976-1983), até ao final da primeira década do século XXI. Estruturando a sua análise em três fases temporalmente distintas, Rui Calado procura dar a conhecer as várias etapas percorridas na Argentina relativamente à construção e consolidação de políticas públicas de memória da ditadura. Analisando os processos de julgamentos e levantamento de dados sobre as vítimas da ditadura, passando por um período de esquecimento que deu origem a leis de amnistia e a uma amnésia relativamente generalizada sobre essa mesma experiência, termina com a análise do que o autor designa como um *boom* de memória, no qual se assistiu ao florescimento de julgamentos, comissões de verdade e criação de espaços de memória. Neste sentido, o autor apresenta uma boa panorâmica sobre a luta pela memória desenvolvida na sociedade argentina pós-ditatorial.

Este dossiê temático conta ainda com a participação de Flamarion Maués que, no seu trabalho «Editoras políticas no Porto, anos 1960-1970: da oposição à ditadura ao pós-25 de Abril», reentra na memória da ditadura salazarista, procedendo a um levantamento de várias editoras, sediadas na cidade do Porto, e analisa a atuação que estas tiveram, desde o final dos anos 1960 até o final da década seguinte, em Portugal. Tomando como base a identificação dessas editoras, Flamarion Maués apresenta ao leitor uma análise dos meios através dos quais essas empresas se foram transformando em sujeitos destacados do processo político português, quer nos anos que antecederam o 25 de Abril, quer no processo revolucionário desencadeado pelo mesmo.

De volta à Revolução, Vasco Ribeiro, em «Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC», apresenta uma investigação baseada na análise de obras biográficas e autobiográficas de agentes políticos e militares, assim como em entrevistas a protagonistas da época com ligações à 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas. O autor procura esclarecer o papel desempenhado por essa estrutura militar no processo de comunicação entre o poder, que conduziria ao atual regime democrático, e a opinião pública portuguesa, durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC). Após efetuar uma apresentação diacrónica do papel que a 5.ª Divisão teve no PREC (1974-1975), Vasco Ribeiro procura compreender se a 5.ª Divisão esteve às ordens do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, durante o período histórico em análise. Com este exercício, o autor procura assim tornar mais claro o papel da 5.ª Divisão no processo revolucionário, estudando, nomeadamente, a função que essa estrutura militar poderá ter desempenhado na propagação dos ideais de Abril.

O penúltimo trabalho apresentado neste dossiê, da autoria de Adrião Pereira da Cunha, e intitulado «Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil», consiste numa análise da experiência vivida por Humberto Delgado durante o seu exílio no Brasil, na sequência da derrota nas eleições

presidenciais de 1958. Adrião Pereira da Cunha apresenta ao leitor uma visão das relações que se foram criando entre Humberto Delgado e um universo oposicionista com características sociológicas, culturais, e económicas completamente diversas, que o ex-candidato presidencial viria a encontrar no Brasil. Através do estudo dessas relações, o autor procura demonstrar que entre Delgado e os oposicionistas ao regime do Estado Novo exilados no Brasil se viria a instalar uma insanável e progressiva conflitualidade pessoal e política.

Finalmente, e fechando este dossiê, Maria Clotilde Cristino, com «Um novo olhar sobre as Conversas em Família de Marcello Caetano», através da análise do programa televisivo «Conversas em Família», apresenta um estudo sobre a forma encontrada por Marcelo Caetano de aproveitamento dos novos meios de comunicação social, nomeadamente da Televisão, para a maximização da propaganda do regime do Estado Novo. Maria Clotilde Cristino reflete sobre o canal que foi privilegiado pelo então ditador para o estabelecimento de uma ligação direta entre a opinião pública portuguesa do período e a ditadura e sobre a forma como tal programa televisivo ia permitindo passar, em linguagem simples e de modo informal, as informações selecionadas pelo regime relativamente a alguns assuntos da governação do País.

Este é, portanto, um dossiê plural, quer nos territórios por onde deambulam os seus autores, cobrindo um ciclo de mudança que vem desde o final dos anos 50 até aos nossos dias, quer nos objetos tratados, quer ainda nas interpretações que se fazem da própria mudança e da necessidade dela. Não haveria, aliás, outra forma de assinalar 40 anos dos valores de Abril.

Equipa Coordenadora do dossiê temático

Manuel Loff
Luciana Soutelo
Filipe Piedade